

Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para a revitalização

Profa. Dra. Bruna Franchetto

PPGAS, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

16 de Junho de 2014

Resumo

Mais de metade das cerca de 160 línguas indígenas faladas no Brasil estão altamente ameaçadas. Este projeto objetiva o desenvolvimento de teoria e metodologia de revitalização linguística no contexto das línguas indígenas brasileiras. Projetos pilotos para a revitalização de duas línguas ameaçadas e uma língua extinta proverão o terreno empírico para a pesquisa. As línguas são (i) Yawanawa, cujos falantes têm todos mais de 40 anos, (ii) Guató, cujos últimos e poucos falantes são bastante idosos; e (iii) Umutina, que foi extinta no começo deste século. Métodos diferentes serão estudados em cada caso. Para Yawanawa, o foco estará no desenvolvimento das metodologias de imersão e ninho linguístico, para Guató, o foco estará na documentação de emergência e na produção de materiais pedagógicos e, para Umutina, o foco estará na reconstrução linguística. Este projeto terá três produtos finais: (i) a produção de um livro eletrônico sobre a diversidade linguística brasileira para o público geral, (ii) a criação de um curso acadêmico de revitalização linguística e (iii) a criação de um Portal da Web compendiando recursos sobre revitalização linguística.

1 Introdução: identificação da proposta

A revitalização linguística é uma área do conhecimento de crescente relevância internacional. O impacto ambiental, a extinção de habitats e as demandas de mercado são alguns dos principais fatores que exercem pressão sobre grupos minoritários em direção ao desaparecimento ou à assimilação por sociedades dominantes. Soma-se a este quadro o amplo alcance da escolarização, das mídias e das tecnologias digitais, que desfavorece a sobrevivência de gêneros orais e de contextos tradicionais de uso da língua. O próprio conceito de soberania dos estados nacionais é uma ameaça à existência de línguas minoritárias não-oficiais. É importante salientar que são muito poucas as línguas que têm seu próprio país: como ressalta Hinton (2001), há mais de 6 mil línguas no mundo (7 mil, segundo a Hans Rausing Endangered Languages Project), mas menos de 250 nações. Isto significa que as línguas oficiais dos sistemas governamentais, legislativos, judiciários e educacionais, pelo mundo, representam uma fração mínima da totalidade de suas populações. Desta forma, línguas minoritárias estão ameaçadas no mundo todo, e o cenário brasileiro não constitui exceção.

A revitalização linguística consiste na pesquisa e desenvolvimento de metodologias de manutenção e propagação do uso de línguas ameaçadas. O trabalho é desenvolvido por linguistas em parceria com comunidades falantes de línguas minoritárias, ameaçadas, ou extintas. Cada situação exige pesquisa, abordagens e metodologias específicas, de acordo com dados sociolinguísticos sobre cada população, e também de acordo com os objetivos de cada comunidade envolvida.

Existe uma série de motivos para fomentar a manutenção e a revitalização de línguas. De um ponto de vista estritamente científico, o desenvolvimento da Linguística como área do conhecimento depende da existência de diversidade linguística, para que a variedade de fenômenos gramaticais encontrados nas línguas do mundo possa servir de base para estudos descritivos, histórico-comparativos e teórico-formais. Em suma, não pode existir ciência linguística se não houver línguas.

Para além da ciência, a preservação de línguas é uma questão de direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) reconhece os direitos linguísticos como simultaneamente individuais e coletivos, e considera direitos pessoais inalienáveis o direito de ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística e de usar a própria língua em espaços públicos e privados. Além destes direitos individuais, o documento também declara que os direitos coletivos de grupos linguísticos incluem o direito de suas próprias línguas e culturas serem ensinadas, o direito de suas línguas terem presença na mídia e nos veículos de comunicação, assim como o direito desses grupos receberem atenção dos setores governamentais em suas próprias línguas.

Por fim, as línguas de povos minoritários, principalmente indígenas, são repositórios vivos de conhecimentos acerca de sistemas naturais, relações humanas, flora e fauna, artes verbais, etc., que vêm sendo transmitidos ao longo de gerações. A extinção de uma língua representa a perda de uma inestimável coleção de saberes da humanidade.

No Brasil, existem, hoje, entre 150 e 160 línguas indígenas distintas, cada uma com suas variedades dialetais; a média de número de falantes por língua é de 250. O grau de ameaça é alto, sendo que 21% delas pode ser considerado em perigo imediato de desaparecimento, dado o número pequeno de falantes, geralmente idosos, junto com o baixo ou inexistente grau de transmissão

(Moore e Galucio (2013); Franchetto e Rice (2014)). A última década viu um gigantesco esforço no que concerne a documentação e a descrição dessas línguas, para superar os dados pouco animadores apresentados por Moore e Galucio (2013): somente 13 das línguas indígenas tem uma descrição completa (gramática, textos, dicionário); 38% possuem o que podemos chamar de descrição avançada (tese de doutorado); 29% possuem apenas descrições incipientes (dissertação de mestrado); 19% carecem de qualquer descrição científica.

As línguas indígenas brasileiras são minoritárias e consideradas ameaçadas em sua totalidade. Apesar dos diferentes graus de vitalidade que apresentam, nenhuma tem status oficial e não existem políticas nacionais de manutenção e salvaguarda linguísticas. A língua do governo, da justiça, da mídia, do comércio e da educação é a língua portuguesa, de forma que os direitos descritos na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos da UNESCO não estão garantidos às centenas de grupos indígenas do país.

Apesar dos povos indígenas terem seus direitos assegurados na Constituição brasileira (Brasil (1988): artigos 231 e 232; Estatuto do Índio), esses grupos minoritários sofrem constantes pressões econômicas da sociedade dominante, e muitos ainda estão envolvidos em lutas territoriais. São raras as escolas indígenas que contam com programas de educação bilíngue ou que oferecem o ensino de língua indígena como segunda língua, de acordo com a realidade sociolinguística de cada grupo.

Desta forma, a proposta do presente projeto de desenvolver pesquisa para a criação de metodologia e teoria científica na área de Revitalização Linguística enquadra-se também no artigo segundo do Estatuto do Índio, que, dentre outros, visa “garantir aos índios a permanência voluntária no seu ‘habitat’, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso”(Brasil, 1988).

2 Objetivos e metas a serem alcançados

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é desenvolver teoria e metodologia de revitalização linguística no contexto das línguas indígenas brasileiras. A partir de bibliografia científica e do estudo de modelos que vêm sendo desenvolvidos pelo mundo, visamos contribuir para o desenvolvimento desta crescente subárea da Linguística e para a manutenção e salvaguarda das línguas indígenas brasileiras. Desta forma, as metas específicas a serem alcançadas pelo presente projeto são multifacetadas e se propõem a integrar quatro campos inter-relacionados, a saber:

1. desenvolvimento da ciência Linguística, com ênfase na crescente área de Revitalização Linguística;
2. fortalecimento de línguas minoritárias e garantia dos direitos das comunidades indígenas brasileiras;
3. desenvolvimento de políticas linguísticas nacionais;
4. conscientização da população da diversidade linguística do país.

O presente projeto se propõe a atender a cada uma dessas metas por meio de três atividades principais, cada uma das quais envolve pesquisa científica, desenvolvimento de metodologia, cooperação com pesquisadores e instituições parceiras, e contribuições científicas e tecnológicas. São elas:

- implantação de projetos-piloto de revitalização de 3 línguas indígenas brasileiras em diferentes graus de vitalidade;
- desenvolvimento de curso acadêmico sobre revitalização linguística, em formato de oficina, com envolvimento direto das equipes dos projetos-piloto;
- criação de portal da web e livro eletrônico (*e-book*) para divulgação da diversidade linguística e do trabalho de revitalização de línguas ameaçadas.

Cada uma das atividades propostas será descrita em detalhes na seção 4. A próxima seção consiste em um apanhado do trabalho já realizado com as línguas indígenas brasileiras, que visa embasar e justificar as propostas apresentadas.

3 Cenário do trabalho com línguas ameaçadas no Brasil

As línguas indígenas brasileiras têm uma longa história de documentação e pesquisa, iniciada ainda no século 16. Dentre as produções expressivas dos jesuítas, destacam-se a primeira gramática do Tupinambá, de autoria do padre José de Anchieta, de 1595, e uma bibliografia de 12 volumes publicada no final do século 19 com um apanhado de 300 obras Tupi e Guarani com abrangência de 3 séculos, produzida por Alfredo do Valle Cabral. O trabalho de descrição e análise linguística das línguas indígenas brasileiras continuou sendo desenvolvido majoritariamente por missionários para fins de evangelização até o final da década de 1950, quando foi fundado o Setor de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou-se assim a pesquisa voltada para documentação e análise de línguas indígenas brasileiras para fins científicos. A área hoje apresenta crescente produção acadêmica e envolvimento de universidades, centros de pesquisa e agências financiadoras internacionais (Stenzel, 2014).

Desde o ano 2000, pesquisadores de universidades brasileiras, bem como de universidades e centro de pesquisa no exterior, vêm coordenando projetos dos programas internacionais DoBeS (Fundação Volkswagen) e ELDP/SOAS (Fundação Hans Rausing/ Universidade de Londres) de documentação de línguas ameaçadas. Estes programas internacionais apoiam o desenvolvimento de pesquisa, transferência de tecnologia, treinamento e criação de arquivos digitais de línguas minoritárias. A NSF (Fundação Nacional de Ciência, EUA) também financiou e financia projetos de documentação de línguas nativas das Américas. No Brasil, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu do Índio do Rio de Janeiro (FUNAI) vêm se destacando na área de documentação linguística, financiando projetos, realizando oficinas e cursos de capacitação de pesquisadores indígenas, e criando acervos de materiais documentais de mais de 30 línguas.

Um projeto atual de abrangência nacional e crucial importância para as línguas indígenas brasileiras é o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), iniciativa inter-ministerial sob

gestão do Ministério da Cultura através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este inventário é um passo inicial em direção à instituição de políticas linguísticas nacionais, já que se trata de um “instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”(Brasil, 2010). Ainda citando o decreto que institui o INDL: “o Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira (...) As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público”(Brasil, 2010).

Somam-se a este esforço de abrangência nacional dois projetos atuais com base no Museu do Índio (FUNAI), que se caracterizam pela cooperação com parceiros internacionais. O primeiro é o projeto de produção de gramáticas pedagógicas para línguas indígenas, que consiste na segunda etapa do Programa de Documentação de Línguas Indígenas (ProdocLin; ver <http://doc.museudoindio.gov.br/prodoclin/>). O ProdocLin promoveu a documentação de 13 línguas indígenas brasileiras consideradas ameaçadas e a formação de pesquisadores de cada etnia, criando acervos digitais e publicações bilíngues de cada um dos projetos. Na etapa atual do programa, seis equipes formadas por acadêmicos, pesquisadores indígenas e colaboradores de cada comunidade desenvolvem gramáticas pedagógicas de forma colaborativa, sob a coordenação do professor Luiz Amaral da Universidade de Massachussets. Este projeto ancora-se no grande acervo de material documental e nas gramáticas descritivas desenvolvidas na primeira etapa do programa. Duas novas frentes estão prevista para iniciar após o término dos projetos-piloto de Gramáticas Pedagógicas, também guiadas pelas novas metodologias experimentadas na primeira fase: a produção de materiais para a alfabetização em língua indígena e de materiais para o ensino de línguas indígenas como segunda língua (para os grupos que já não as têm como línguas maternas, mas desejam resgatá-las para as futuras gerações). A presente proposta possui múltiplas conexões com estes programas e projetos e a colaboração já está em andamento.

Outro projeto atual que se caracteriza pela colaboração com parceiro internacional é a Cooperação entre Brasil e Austrália para a Documentação e Proteção das Línguas Indígenas. O Instituto Australiano de Estudos Aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres (AIATSI, na sigla em Inglês – Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies) apresentou uma proposta de cooperação com o Brasil, através da FUNAI, para a documentação e proteção de línguas indígenas. Esta proposta é resultado de discussões em 2011 entre o então presidente da FUNAI, Márcio Augusto Freitas de Meira, e o embaixador da Austrália, Brett Hackett, e a embaixada brasileira na Austrália, a respeito de uma maior cooperação entre o Brasil e a Austrália nas questões indígenas. A primeira etapa deste projeto realizou-se entre os meses de fevereiro e maio de 2014 e consistiu no intercâmbio de três pesquisadores do ProdocLin para a sede do AIATSI na Austrália. A coordenadora do ProDocLin e proponente do presente projeto de pesquisa, acompanhada de dois coordenadores de projetos de documentação (Livia Souza, projeto Yawanawá; e Rafael Nonato, projeto Kĩsêdjê) ficaram parcialmente baseados em Canberra, participando de conferências e recebendo treinamento em revitalização linguística em parceria com os linguistas do AIATSI. Além disso, os pesquisadores realizaram visitas de campo em todos os estados Austrália, onde foram apresentados a diversos centros que desenvolvem projetos de revitalização linguística. onde foram apresentados a diversos centros que desenvolvem projetos (ver

prodoclin.blogspot.com.br e <http://50years.aiatsis.gov.au/our-stories/stories/brazilian-linguists-travel-blog>). É preciso dizer que o forte investimento, financeiros e em termos de recursos humanos, em andamento na Austrália, para a revitalização de línguas aborígenes, visa, de alguma maneira, a compensar minimamente o violento processo de colonização, naquele país, que causou a extinção da grande maioria das línguas nativas: de 250 no momento da chegada dos colonizadores britânicos a apenas 13 sobreviventes hoje.

Em maio de 2014, seguida, dois linguistas do AIATSIS realizaram breve visita ao Brasil com o intuito de se familiarizarem com os projetos brasileiros ligados à documentação e proteção de línguas indígenas. Participaram da conferência internacional bianual Amazonicas V, realizada em Belém do Pará, que reuniu linguistas de diversas subáreas, todos pesquisadores de línguas indígenas da América do Sul. Os visitantes foram apresentados aos projetos do Museu Paraense Emílio Goeldi, e em seguida, aos projetos do Museu do Índio, durante visita ao Rio de Janeiro. Este projeto de cooperação envolve mais duas etapas: o desenvolvimento de um portal brasileiro de línguas na internet, em parceria com o AIATSIS, e uma apresentação conjunta dos linguistas vinculados ao ProDocLin e ao AIATSIS sobre o trabalho desenvolvido na Conferência da Foundation for Endangered Languages (FEL) em Okinawa, Japão, em setembro de 2014.

O presente projeto se insere no quadro atual da linguística ameríndia e se propõe a dialogar com cada um dos desenvolvimentos atuais nesta área, acima brevemente apresentados. Os proponentes do projeto desenvolveram acervos de material linguístico em colaboração com pesquisadores indígenas capacitados durante a primeira etapa do ProDocLin e pretendem aliar a estrutura de documentação do Museu do Índio com o treinamento em revitalização linguística que receberam durante três meses de intenso intercâmbio com o AIATSIS e, particularmente, com as demandas crescentes que chegam até nós de vários povos indígenas. Desta forma, será possível desenvolver metodologia e teoria na área de revitalização linguística no âmbito das línguas indígenas brasileiras e ainda contribuir para o desenvolvimento de políticas linguísticas nacionais através de colaboração com os projetos do programa governamental INDL.

4 Proposta

A proposta do presente projeto de pesquisa desdobra-se em três grandes eixos, a saber: (i) implantação de projetos-piloto de revitalização de três línguas indígenas brasileiras; (ii) criação de um curso-oficina em teoria e metodologia de revitalização linguística com participação das equipes dos projetos-piloto; e (iii) produção de um livro eletrônico de divulgação e um portal na internet sobre a diversidade linguística brasileira. Cada um desses eixos será detalhado nas sub-seções a seguir.

4.1 Projetos-piloto de revitalização linguística

A UNESCO (2003) propõe seis critérios graduáveis que permitem determinar o nível de ameaça que uma língua pode sofrer. São eles:

1. transmissão intergeracional;

-
2. número absoluto de falantes;
 3. proporção de falantes em relação a população total;
 4. domínios de uso;
 5. resposta a novos domínios e mídia;
 6. materiais disponíveis para educação e alfabetização.

Nenhum desses critérios por si só pode estabelecer que uma língua está ameaçada, mas o censo sociolinguístico de uma população minoritária deve levar em consideração cada um destes fatores. A avaliação da UNESCO propõe valores de zero a cinco para cada um desses quesitos, que classificam as línguas de ‘seguras’ até ‘extintas’. Considerando a proposta de implementação de projetos de revitalização linguística, há mais um critério fundamental que deve ser levado em consideração para determinar as línguas a serem contempladas: interesse e participação da comunidade.

Cada uma das línguas a serem contempladas pelo presente projeto apresenta situação sociolinguística e grau de ameaça próprios, de forma que cada uma demandará uma abordagem diferente para desenvolvimento de metodologia de revitalização. Existe porém, um protocolo de conduta que foi desenvolvido por (Fishman, 1991) e ampliado por (Hinton, 2001) enumerando os passos a serem seguidos no trabalho de revitalização de línguas ameaçadas, a saber:

1. Censo sociolinguístico e planejamento: quantos falantes tem a língua e qual é a idade deles? Quais recursos estão disponíveis na língua? Qual é a atitude dos falantes e dos não-falantes em relação à língua e em relação à revitalização da língua? Quais são as metas realistas de revitalização linguística na comunidade?
2. Se a língua não tem falantes: utilizar materiais disponíveis para reconstruir a língua e desenvolver materiais pedagógicos.
3. Se a língua tem apenas falantes idosos: documentar esses falantes.
4. Desenvolver um programa de ensino da língua como segunda-língua para adultos. Estes adultos posteriormente serão protagonistas no projeto de revitalização.
5. Revitalizar ou enfatizar práticas culturais que apoiem e estimulem o uso da língua dentro e fora de casa, por falantes e semi-falantes.
6. Desenvolver programas intensivos de ensino de segunda-língua para crianças, de preferência como um componente escolar. Quando possível, utilizar a língua como língua de instrução na escola.
7. Usar a língua em casa como primeira língua de comunicação para que ela se torne a primeira língua das crianças. Desenvolver oficinas e grupos para apoiar os pais na transição.

-
8. Expandir o uso da língua para domínios locais mais amplos, entre eles administração comunitária, mídia, comércio, etc.
 9. Quando possível, expandir os domínios linguísticos para além da comunidade, em direção ao público geral e ao governo.

Levando em consideração essas etapas e os critérios da UNESCO para determinar o grau de ameaça de uma língua, o presente projeto de pesquisa propõe desenvolver projetos-piloto para a revitalização de três línguas indígenas brasileiras com diferentes graus de vitalidade: Yawanawá, Guató e Umutina. As motivações para a escolha dessas línguas serão detalhadas a seguir, e a metodologia específica de cada projeto será descrita em detalhe na seção 7.

4.1.1 Yawanawa

O Yawanawa é uma língua da família Pano falada no estado do Acre, que foi documentada na primeira primeira etapa do ProDocLin. O povo habita 8 aldeias na Terra Indígena Rio Gregório, situada no município de Tarauacá. Ao longo do trabalho de documentação do Yawanawa, foi produzido um rascunho de gramática descritiva, um dicionário, e mais de cem horas de gravações em áudio e vídeo de situações de uso da língua, sendo que 10 horas possuem transcrição, tradução e anotações linguísticas. Também existem trabalhos acadêmicos sobre a língua: a dissertação de mestrado da coordenadora do projeto, que aborda aspectos da fonologia, morfologia e sintaxe das expressões nominais do Yawanawa (Souza, 2013a), e a tese de doutorado de (Paula, 2004), que é um rascunho de gramática descritiva da língua. Também existem publicações sobre o povo na área da Antropologia, como: Carid Naveira (1999), Pérez Gil (1999) e Waddington (2005).

Segundo o censo sociolinguístico aplicado pela equipe do projeto de documentação, em 2010 a língua Yawanawá era falada por apenas 160 indivíduos de maneira ativa na vida diária da comunidade. Considerando que a população total da Terra Indígena Rio Gregório contabilizava 565 pessoas na mesma data, o total de falantes era inferior a 30%. Além dos 160 falantes ativos, outros 97 usavam a língua de forma passiva, tendo o português como principal código de comunicação. O número de monolíngues do português era de 308 pessoas. Um dado agravante da situação do Yawanawa é o fato de que dos 160 indivíduos que eram falantes ativos da língua em 2010, 82 tinham mais de 45 anos de idade. Já os monolíngues do português, dentre os 308, 305 tinham menos de 45 anos. Esses dados acerca da faixa etária dos falantes nos permitem concluir que o processo de perda da língua materna está ocorrendo gradativamente através das gerações.

Apesar da situação alarmante, o contexto para a revitalização do Yawanawa é altamente propício. Não só já existe um esforço de documentação em andamento e pesquisadores capacitados, mas também a atitude dos membros da comunidade em relação a língua é bastante positiva. O povo realiza grandes festivais anuais de cultura, que envolvem danças, brincadeiras e cantos tradicionais. A música é certamente o domínio mais amplo de uso da língua: mesmo os jovens que não são falantes de Yawanawa sabem cantar as canções tradicionais e aprendem as novas composições que surgem a cada ano.

Desta forma, em paralelo ao trabalho que já vem sendo realizado de transformar parte do acervo do projeto de documentação em materiais pedagógicos voltados para a aprendizagem

de Yawanawa como segunda língua, o presente projeto se propõe a desenvolver na comunidade Yawanawa o item 7 enumerado acima: estimular o uso da língua como primeira língua de comunicação para que ela se torne a primeira língua das crianças. Para tal, desenvolveremos em parceria com a comunidade um programa de imersão em língua Yawanawa, baseando-nos nos modelos de *language nest* (ninho de língua) utilizados na revitalização de duas línguas austronésias: Maori e Havaiano (Hinton e Hale, 2001). O conceito que rege esta proposta é de criar ambientes de imersão em que bebês e crianças em idade pré-escolar possam adquirir a língua como primeira língua através de interação natural com falantes nativos. Desta forma, espera-se estabelecer parceria com as mulheres da comunidade que sejam falantes de Yawanawa e criar uma creche em que elas desenvolvam atividades lúdicas tradicionais de forma sistemática com as crianças: cantigas, brincadeiras, histórias, etc. O formato a ser adotado e as participantes do projeto é algo a ser discutido junto à comunidade. Desta forma, é possível criar uma nova geração de falantes nativos de Yawanawa e limitar o esforço de aprendizagem da língua como segunda língua aos jovens de idade mais avançada, que tem o português como principal código de comunicação.

4.1.2 Guató

O povo Guató apresenta uma situação sociolinguística bastante diferente dos Yawanawa. Viviam originalmente em pequenos grupos familiares dispersos por toda a região do Pantanal, mas logo após a Guerra do Paraguai, teve início o processo de ocupação da região por militares e fazendeiros e a consequente expulsão dos Guató. Relatos e estudos etnográficos produzidos ao longo do século 19 até a primeira metade do século 20 (Monoyer (1905); Schmidt (1902); Schmidt (1942)), indicam que os Guató eram o único grupo ocupando a região pantaneira, com a maioria dos indivíduos nos estados brasileiros do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e uma minoria na Bolívia. Nas décadas de 1940 e 1950, as pressões sobre os Guató se intensificaram e o povo foi expulso de suas terras, chegando a ser considerado extinto pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na década de 1950. Os indivíduos que haviam se mudado para outras regiões do Pantanal e para periferias urbanas foram identificados e voltaram a se organizar a partir de meados da década de 1970 (“Guató [homepage na internet]”).

Segundo dados do Instituto Sócio-Ambiental ISA (“Guató [homepage na internet]”), atualmente, existem três núcleos guató: um deles é a aldeia Uberaba, na Ilha Ínsua em Mato Grosso do Sul; o segundo é a Terra Indígena Baía dos Guató, que tem duas aldeias e faz parte dos municípios de Barão de Melgaço e Poconé, em Mato Grosso; e o terceiro núcleo fica próximo à Cáceres, no Mato Grosso. Também existem indivíduos vivendo nas periferias das cidades de Corumbá, Ladário, Aquidauana, Poconé e Cáceres. Em 2012 foram contabilizados 374 indivíduos (Siasi/Sesai). Os dados sobre o povo porém, além de desatualizados, são escassos. Ainda mais escassos que os dados sobre o povo são os dados sobre a língua Guató. Segundo o ISA, em 2008 havia 4 falantes na região de Corumbá e mais um na região de São Lourenço/Cuiabá. Ou seja, a língua está praticamente extinta, mas não existem dados atualizados sobre a situação sociolinguística do povo.

Existem alguns trabalhos acadêmicos sobre a língua Guató na área de Linguística. A língua foi classificada como pertencendo ao tronco lingüístico Macro-Jê Rodrigues (1986), após ter sido

considerada isolada até a década de 1960. Também existe a tese de doutorado de Palácio (1984), que descreve a língua de forma mais aprofundada, e um estudo de Monserrat (1994), que propõe que a língua seja o único membro da família Guató, do tronco Macro-Jê. Apesar do quadro alarmante de quase extinção, professores Guató discutem a revitalização da língua para uso na escola indígena. A fonte desta informação é desde já parceira na presente proposta. Francisca Novantino Pinto de Angelo (Nezokemaero) é aluna indígena de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, orientanda da Profa. Bruna Franchetto, membro da equipe de educação escolar indígena da SEDUC-MT, presidente do Conselho de Educação Escolar Indígena de MT, e membro da Comissão Nacional de Professores Indígenas – MEC. Seu projeto consiste em uma pesquisa etnográfica da educação escolar indígena no Brasil através de cinco estudos de caso: Ikpeng, Paresi, Bakairi, Umutina e Guató. Ela relata que tanto em comunidades Guató quanto Umutina, a questão central da educação escolar apontada pelos professores e membros da comunidade é a língua. Ambos os povos demonstram o desejo de revitalizar suas línguas, e no caso Guató, é necessário que a ação seja imediata, enquanto ainda existem falantes vivos.

Desta forma, a proposta do presente projeto de pesquisa para a revitalização da língua Guató é seguir os dois primeiros passos do protocolo de pesquisa com línguas ameaçadas: realizar um levantamento sociolinguístico da população para determinar quem são e qual é a idade de cada um dos últimos falantes da língua, e ao mesmo tempo, documentar esses indivíduos em situações de fala o mais diversas possíveis. A partir deste trabalho e da interação com a comunidade Guató, será possível determinar a melhor forma de utilizar os materiais para a aprendizagem da língua dentro e fora da escola e também de integrar falantes e não-falantes de forma a promover ambientes de transmissão. Esta pesquisa servirá de base para o inventário sociolinguístico do Guató e poderá assessorar a comunidade no encaminhamento de proposta própria ao INDL.

4.1.3 Balotiponé/Umutina

A língua Umutina foi extinta em decorrência de um tortuoso histórico de contato com homem branco, marcado por conflitos territoriais e epidemias que quase dizimaram o povo em sua totalidade. O povo, que habitava originalmente a margem direita do rio Paraguai, aproximadamente entre os rios Sepotuba e Bugres (ISA), migraram para o norte ao longo do Rio Bugres após o contato. Habitam atualmente duas aldeias na Terra Indígena Umutina, que fica localizada nos municípios de Barra do Bugres e Alto Paraguai, no estado do Mato Grosso. Segundo dados do ISA, em 2009 a maior parte da população (420 pessoas) vivia na aldeia Umutina, enquanto a aldeia Balotiponé abrigava outras cinco famílias (25 indivíduos) (“Umutina [[homepage na internet](#)]”). Balotiponé é a auto-denominação do povo, enquanto que Umutina é o nome pelo qual são mais conhecidos na literatura.

A partir de 1911, quando foi realizada a “pacificação” do povo Umutina pelo SPI, a população sofreu reduções drásticas, principalmente devido a um surto de sarampo. Em menos de 50 anos (1860-1920), a população inicial de 400 indivíduos foi reduzida pela metade. Na década de 1940, a população se encontrava dividida em dois grupos: um de aproximadamente 50 pessoas, que viviam no posto indígena do SPI, e outro, de 23 pessoas, que resistia o contato e habitava a última aldeia no alto rio Paraguai. Após ter sua população reduzida a 15 pessoas devido a

epidemias, o grupo menor também migrou para os arredores do posto, e o grupo como um todo miscigenou-se com outros povos indígenas. Segundo a associação indígena Umutina Otoparé, a população somava 445 indivíduos em 2009.

O pequeno grupo Umutina que ainda resistia ao contato na década de 1940 foi objeto de pesquisa do etnólogo Harald Schultz, que realizou as principais descrições etnográficas sobre o povo. Sobre a língua, que pertence a Família Bororo, Tronco Macro-jê, existe uma descrição da fonologia e de aspectos da morfologia, que foi realizada com o último falante de Umutina (Telles, 1995). Hoje já falecido, Jula Paré se encontrava há aproximadamente 40 anos sem falar a língua materna quando foi realizada a pesquisa. Outro trabalho acadêmico relacionado ao Umutina é uma reconstrução do sistema fonológico da proto-língua “Borotina”, que teria dado origem às línguas Bororo e Umutina, da mesma família linguística (Nonato, 2005). Este tipo de trabalho é de crucial importância para a pesquisa de revitalização de uma língua extinta, já que permite a reconstrução de itens lexicais a partir de mudanças fonológicas regulares entre línguas aparentadas.

Além dos trabalhos acadêmicos existentes, a memória da língua está viva na comunidade e existe um esforço dos professores para “elaborar uma proposta de formação continuada de professores de etnia Balotiponé de forma a capacitá-los para a condução do resgate da língua indígena Balotiponé a partir da Escola Indígena Jula Paré, de Mato Grosso”(“Projeto de Formação Continuada para Resgate da Língua Indígena Umutina na Escola Jula Paré”). Segundo a apresentação realizada pelo professor Umutina/Balotiponé Hélio Monzilar Filho durante o V Fórum de Educação e Diversidade da Universidade do Estado de Mato Grosso, a intenção da comunidade é “não somente compreender a parte gramatical, ortográfica [da língua], mas também se comunicar cotidianamente na língua materna” (“Projeto de Formação Continuada para Resgate da Língua Indígena Umutina na Escola Jula Paré”). Como citado anteriormente, a escola indígena Jula Paré do povo Umutina/Balotiponé é um dos estudos de caso da pesquisa etnográfica que está sendo realizada como projeto de doutorado de Francisca Novantino. Assim como relatamos para a comunidade Guató, a questão central da educação escolar na comunidade Umutina/Balotiponé é a necessidade de revitalizar a língua.

A proposta do presente projeto é realizar pesquisa em parceria com os professores Umutina/Balotiponé, com base nos estudos acadêmicos e materiais de acervo existentes sobre a língua, com o objetivo de desenvolver metodologia de revitalização no contexto específico da comunidade. Os materiais disponíveis serão utilizados para reconstruir a língua, produzir materiais pedagógicos e desenvolver um planejamento linguístico que se adeque aos interesses e necessidades da comunidade.

4.2 Livro eletrônico e portal da web: Índio não fala Tupi

Considerando que um aspecto importante do trabalho de revitalização linguística é expandir os domínios linguísticos para além da comunidade, em direção ao público geral e ao governo (Hinton, 2001), o presente projeto se propõe a desenvolver pesquisa para a produção de dois veículos interativos para divulgar a diversidade linguística brasileira e os esforços de documentação e revitalização que vêm sendo realizados por pesquisadores e comunidades. O primeiro desses veículos de divulgação é um portal de língua na internet, que será desenvolvido em parceria com

o AIATSIS, como descrito anteriormente na seção ???. O segundo consiste em um livro em formato eletrônico (*e-book*) sobre a diversidade linguística brasileira, cujo público alvo é a população geral. Considerando a lei federal 10.639/2003 (Brasil, 2003) que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e africana nos currículos da educação básica brasileira, os dois veículos serão importantes materiais de referência para o ensino sobre línguas indígenas. Cada um será descrito em detalhe nas sub-seções a seguir.

4.2.1 Portal de língua

Um dos principais produtos colocados como objetivo da cooperação AIATSIS-FUNAI é um portal de línguas indígenas na internet cujo público-alvo principal é a população geral. É importante enfatizar que este é o público-alvo principal, mas não o único. A ideia é criar um site de referência da diversidade linguística do Brasil na web, com uma estrutura complexa que contenha diferentes camadas com conteúdos mais específicos, destinados a pesquisadores e comunidades. Além de apresentar conteúdo próprio de forma interativa, o portal será uma porta de entrada (com links) para outros sites relacionados às línguas indígenas brasileiras, como o do INDL, ProDocLin, Museu Paraense Emílio Goeldi, Etnolinguística, Instituto Sócio-Ambiental, etc.

A proposta apresentada pelo AIATSIS é de adaptar o portal australiano Austlang (<http://austlang.aiatsis.gov.au/disclaimer.php>) para o contexto das línguas indígenas brasileiras. O site está atualmente sendo atualizado por desenvolvedores australianos, que em seguida proverão o código da plataforma para a equipe brasileira. Será de nossa responsabilidade contratar um desenvolvedor local e trabalhar coletivamente na elaboração da versão brasileira do portal. O AIATSIS está disposto a receber propostas para futuras parcerias com os pesquisadores brasileiros e pretendemos solicitar financiamento para contratar o desenvolvedor do portal nacional. Buscando enfatizar e divulgar a diversidade linguística brasileira para o público geral, o portal será chamado “Índio não fala Tupi”, um título que tem o intuito de desconstruir dois mitos: o primeiro de que exista uma homogeneidade na categoria “índio” no Brasil, e o segundo de que *Tupi* seja uma língua indígena. As centenas de povos indígenas e suas línguas (dentre elas, as que pertencem ao tronco Tupi) serão os protagonistas deste portal desenvolvido em parceria com o AIATSIS. A proposta para o presente projeto de pesquisa é desenvolver um livro eletrônico que compartilhe o conteúdo produzido para o portal e divulgue as línguas e os projetos de pesquisa linguística para além da internet. O projeto do livro será detalhado na próxima subseção.

4.2.2 Livro eletrônico

O projeto de desenvolver um livro eletrônico está relacionado à necessidade de divulgar a diversidade linguística do Brasil para o público geral. A proposta do livro ganha ainda mais importância se levarmos em consideração a lei federal 10.639/2003 (Brasil, 2003) que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e africana nos currículos da educação básica brasileira. Soma-se a este quadro a abrangência do uso dos tablets nas escolas brasileiras, que cria uma demanda para materiais pedagógicos em formato multimídia (o Ministério da Educação começou a distribuir tablets a professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas em 2014 e prevê que até o início do ano letivo de 2023, todos os estudantes

matriculados a partir do 6º ano também receberão seu próprio tablet). O formato do livro será de simples elaboração – um arquivo em formato pdf com texto, imagens e áudio – de forma a não criar necessidade de contratar uma equipe técnica especializada para desenvolver o projeto. Este formato possibilita ainda que seja inserido link para o portal, no caso do tablet (ou smart phone) estar conectado à internet, e também pequenos dicionários multimídia em cada capítulo.

O livro será desenvolvido em parceria com pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Linguísticas (Nupeli; <http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/nupeli.html>), um laboratório de pesquisa sediado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ. O grupo é formado em sua maioria por linguistas, com a participação de pesquisadores de outras áreas acadêmicas relacionadas ao estudo dos povos indígenas brasileiros (Antropologia, Arqueologia, e Etnomusicologia). Os membros deste laboratório, em sua maioria, também fazem parte do Grupo de Estudos em Linguística e Antropologia (GELA), que encontra-se atualmente sob cadastro no Diretório de grupos de pesquisa do CNPQ.

O livro terá o mesmo nome do portal de línguas – Índio não fala Tupi – e apesar do enfoque do conteúdo recair sobre as línguas indígenas, os capítulos serão desenvolvidos de forma a dialogar com as demais disciplinas relacionadas ao estudo dos povos indígenas brasileiros. O conceito que regerá a elaboração de cada capítulo é construir gradativamente o universo de cada família linguística, partindo de exemplos (com áudio) de uma língua particular daquela família (ver seção 7.2).

4.3 Curso/oficina sobre revitalização linguística

O trabalho de revitalização em parceria com as comunidades será o campo de desenvolvimento das metodologias de revitalização linguística. Em seguida, será realizado um curso/oficina para consolidar os conhecimentos e treinar linguistas e pesquisadores de outras áreas nessas metodologias. O curso será realizado no Museu do Índio/RJ, com a participação ativa dos linguistas coordenadores e das equipes dos projetos-piloto de revitalização. Inicialmente, idealizamos o curso tendo 2 semanas de duração, mas o programa e a carga-horária exatos serão definidos a partir das experiências dos projetos-piloto e das necessidades de trabalhar cada uma das metodologias desenvolvidas.

5 Principais contribuições

Além de contribuir para a divulgação da diversidade linguística do Brasil e para dar voz às comunidades indígenas, o presente projeto contribuirá com produtos de natureza científica e tecnológica para a área da Linguística. A principal contribuição do projeto será o desenvolvimento de teoria e metodologia de revitalização linguística no contexto das línguas indígenas brasileiras, com consolidação e treinamento de linguistas através do curso a ser realizado em parceria com as equipes dos projetos-piloto.

Além das contribuições acadêmicas, o presente projeto de pesquisa também tem o objetivo de contribuir com inovações tecnológicas. O portal será um veículo interativo e abrangente para a divulgação da diversidade linguística brasileira para o público geral, inclusive o público em

idade escolar. Também será uma referência para pesquisadores e comunidades indígenas, já que terá uma estrutura complexa que atenda às necessidades especialistas e leigos.

Além do portal, outra contribuição de natureza tecnológica é o livro eletrônico, que por sua vez, compartilha conteúdo com o portal e estabelece conexão com ele através de link. O formato do livro será atrativo para indivíduos que tenham acesso a *tablets* e *smart phones*, que tornam-se cada vez mais abrangentes e incluirão alunos do ensino público até o ano de 2023. A intenção de atingir o público escolar também enquadra este produto na lei federal 10.639/2003 (Brasil, 2003) que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e indígena nas escolas brasileiras.

Por fim, outra contribuição importante desta proposta de pesquisa é o diálogo que estabelecerá com o INDL. Os pesquisadores, em parceria com as comunidades indígenas, produzirão dados linguísticos e sociolinguísticos que atenderão as necessidades do inventário. Os próprios pesquisadores podem estabelecer parcerias com as associações indígenas para submeter projetos ao IPHAN. Desta forma, pretendemos contribuir para o planejamento linguístico a nível nacional e a criação de políticas linguísticas governamentais que privilegiem a salvaguarda das línguas minoritárias.

6 Participantes e colaboradores

Além da proponente deste projeto de pesquisa, a Profa. Dra. Bruna Franchetto, que coordenará o projeto-piloto de revitalização da língua Guató, com auxílio de um bolsista de iniciação científica, haverá outros participantes que integrarão os diferentes eixos de implementação do projeto. Inicialmente, participarão do projeto os linguistas que fizeram parte da cooperação entre AIATISIS e FUNAI: Livia Camargo Souza e Rafael Bezerra Nonato. Livia foi a coordenadora do Projeto de Documentação da língua Yawanawa (ProDocLin – Museu do Índio/FUNAI, 2009—2013) e ainda trabalha em parceria com três pesquisadores indígenas da comunidade: Maria Julia Yawanawa, Clécio Yawanawa e Manoel da Silva Filho. Em parceria com esses mesmos pesquisadores e outros membros da comunidade, principalmente mulheres, Livia, que atualmente é aluna de doutorado e membro do Nupeli, será responsável pelo projeto-piloto na Terra Indígena Yawanawa do Rio Gregório.

Rafael é atualmente bolsista de pós-doutorado junior do CNPQ, supervisionado pela proponente do presente projeto de pesquisa. Ele coordenou o projeto de documentação da língua Kísêdjê (ProDocLin — Museu do Índio/FUNAI, 2009—2013) e também continua desenvolvendo pesquisa em parceria com dois pesquisadores indígenas: Kawiri Suyá e Jamthô Suyá. Ele é membro integrante do Nupeli e recebeu recentemente financiamento de pesquisa do Endangered Language Fund. Durante o mestrado, Rafael desenvolveu pesquisa sobre a língua Bororo, publicando a gramática descritiva da língua como sua dissertação (Nonato, 2007). O pesquisador também publicou um trabalho comparativo reconstruindo o sistema fonológico do “Borotina”, a proto-língua que teria dado origem às duas línguas da família Bororo. Atualmente, o Bororo é a língua mais próxima do Umutina e terá importância crucial no processo de reconstrução e revitalização envolvido no projeto-piloto Umutina/Balotiponé.

Esses três linguistas serão responsáveis pela coordenação dos projetos-piloto nas comunidades

indígenas. O desenvolvimento do livro eletrônico e do portal também terá a participação ativa de cada um deles, em parceria com os demais membros do laboratório de pesquisa Nupeli. A proponente do projeto coordenará as equipes responsáveis por cada um dos capítulos do livro e organizará o conteúdo do portal.

Uma série de instituições parceiras também terão papéis importantes no desenvolvimento do projeto. A primeira é o Museu do Índio, que apresenta a infra-estrutura necessária para implementar projetos de documentação linguística. Os projetos-piloto aqui propostos serão hospedados na estrutura do servidor do ProDocLin. Além de oferecer a estrutura física de pessoal e servidor, o ProDocLin também contribuirá com o ambiente de interação com o Projeto de Gramáticas Pedagógicas, possibilitando o intercâmbio de experiências entre os diversos coordenadores de projeto e os pesquisadores indígenas. Além do Museu do Índio, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do Nupeli, será outra instituição parceira neste projeto, oferecendo a estrutura necessária para o desenvolvimento do curso de consolidação das técnicas de revitalização linguística.

Somando às instituições brasileiras, o AIATSIS já é um parceiro, tendo oferecido treinamento a linguistas brasileiros e o código para o desenvolvimento do portal de línguas. O instituto também está disposto a receber propostas de financiamento de futuros projetos em parceria com linguistas brasileiros. Um dos linguistas do AIATSIS que faz parte desta cooperação internacional, Douglas Marmion, pretende solicitar uma bolsa de pós-doutorado de três meses oferecida pelo governo australiano e desenvolver pesquisa no Brasil. Caso a bolsa seja concedida a ele, o pesquisador será um parceiro importante que contribuirá com o conhecimento de estudos de caso australianos em revitalização linguística. Ele participará da implementação do curso e também poderá ser consultor dos projetos-piloto nas comunidades.

7 Metodologia

De acordo com a distribuição das atividades de pesquisa, a metodologia de pesquisa será dividida em duas partes, referentes a (i) projetos-piloto de revitalização, (ii) produção do livro e do portal. Como foi descrito na seção 4.3, a criação do programa do curso de metodologias de revitalização linguística será consequência das experiências dos projetos-piloto e das necessidades de trabalhar cada uma das metodologias desenvolvidas.

7.1 Projetos-piloto de revitalização linguística

Cada um dos projetos-piloto de revitalização linguística será desenvolvido de acordo com uma metodologia específica, de acordo com as diferentes situações sociolinguísticas de cada comunidade. Existem, porém, fatores comuns que regem todos os projetos. O primeiro é que todos envolverão participação das comunidades, com consultores indígenas compondo a equipe. Este princípio segue o modelo adotado pelo ProDocLin, que teve muitos resultados positivos no sentido de formar pesquisadores capacitados e comunidades engajadas. O esforço de revitalização linguística não ocorre sem o envolvimento ativo do povo, e as escolhas das línguas a serem contempladas por este projeto foi realizada justamente de acordo com interesse demonstrado pelas

comunidades em questão. Assim, cada projeto terá no mínimo um consultor de cada etnia que trabalhará em cooperação com o linguista coordenador. Outro fio condutor que regerá todos os projetos será a colaboração com o INDL. Todos os projetos realizarão pesquisas sociolinguísticas com a aplicação de questionários que incluem – porém não se limitam – às perguntas do guia do inventário. Além disso, os linguistas coordenadores de cada projeto-piloto poderão assessorar as comunidades no encaminhamento de proposta própria ao INDL.

Outro modelo que será comum para todos os projetos será a forma de produzir e arquivar dados linguísticos. Os projetos utilizarão filmadoras e gravadores digitais para registrar situações de uso das línguas, e a estrutura do servidor do ProDocLin para arquivar as sessões. Para o armazenamento e sistematização dos dados e a construção de um corpus organizado, serão utilizados programas (*softwares*) como ToolBox, Flex, Elan e Transcriber. A gravação, anotação e armazenamento dos dados serão feitos conforme a metodologia atual em documentação linguística (Bruna Franchetto e Drude (2008); Seifart et al. (2008)). Nas subseções a seguir, detalhamos a metodologia a ser adotada em cada um dos projetos-piloto.

7.1.1 Yawanawa

Como descrito na seção 4.1.1, o projeto-piloto de revitalização da língua Yawanawa será baseado na necessidade de criar novos falantes nativos da língua. Isso será implementado através de contextos de imersão em língua Yawanawa, com ênfase na interação entre mulheres e crianças. Para tal, desenvolveremos uma creche, em que mulheres falantes da língua trabalhem com bebês e crianças em idade pré-escolar, desenvolvendo atividades lúdicas tradicionais como brincadeiras, cantigas e contação de histórias.

As atividades do projeto terão início com uma viagem da equipe à Terra Indígena Rio Gregório, onde será desenvolvida uma oficina. Realizaremos primeiramente uma reunião, em que será explicado o projeto para toda a comunidade. Neste momento, buscaremos oficializar as consultoras e as demais participantes que farão parte da equipe do projeto. A ideia é centralizar a oficina em uma só aldeia, mas convidar mulheres de cada uma das comunidades Yawanawa para participarem da discussão inicial e do treinamento. A pesquisa inicial será centrada em três questões: (1) busca pelo formato de “creche” mais adequado à cultura Yawanawa e ao contexto da terra indígena; (2) inventário das cantigas, histórias e brincadeiras tradicionais que fazem parte do universo infantil do povo; e (3) desenvolvimento colaborativo do questionário sociolinguístico a ser aplicado na comunidade.

A primeira oficina terá como objetivo, além de realizar o inventário das atividades a serem desenvolvidas pelas mulheres ao longo do projeto, dar um treinamento básico às novas consultoras em técnicas de gravação e filmagem para a documentação do projeto. Para tal, contaremos com o apoio dos pesquisadores indígenas que já foram capacitados ao longo do projeto de documentação da língua. A partir do inventário de atividades e das decisões estabelecidas na primeira reunião, daremos início à implantação das creches, se possível, em cada uma das aldeias da Terra Indígena. O primeiro passo após a realização da oficina será aplicar os questionários em cada uma das aldeias, de forma a identificar a situação sociolinguística das famílias, assim como a disponibilidade de falantes nativas de Yawanawa para trabalharem na implementação do projeto.

Os registros da oficina e todo o conteúdo produzido durante a pesquisa do projeto de revi-

talização farão parte de um acervo arquivado no Museu do Índio e também nas aldeias. Cada aldeia possui uma estrutura de escola, com computadores, onde poderá ser arquivado e tornado acessível o material digital produzido. Também serão discutidas com a comunidade outras formas de beneficiamento do material, como por exemplo, a produção de CDs e DVDs, ou livros de histórias.

A cada viagem a campo da equipe do projeto, será realizada reunião em cada uma das creches implantadas para avaliar a eficácia do modelo, ouvir sugestões e implementar as adequações necessárias. Novos registros serão realizados, com o objetivo de documentar o processo de aquisição da língua pelas crianças participantes do projeto de revitalização.

7.1.2 Guató

Considerando que a situação sociolinguística do povo Guató é bastante diversa da dos Yawanawa, a metodologia a ser empregada nessa comunidade é distinta da que foi descrita acima. O grau de ameaça à língua Guató é extremo e o trabalho de documentação é urgente. O projeto-piloto de revitalização terá como objetivo principal produzir materiais em Guató, em áudio e vídeo, que documentem as mais diversas situações de uso da língua que forem possíveis. A primeira viagem a campo, portanto, consistirá em uma oficina de capacitação de futuros consultores Guató em técnicas de documentação.

Antes da oficina, porém, será necessário identificar os falantes e semi-falantes de Guató, através da orientação dos professores da comunidade e também da aplicação de um questionário sociolinguístico. Caso os falantes identificados estejam dispostos a contribuir com a documentação da língua, será iniciada a pesquisa com eles sobre os gêneros orais Guató (narrativas míticas e históricas, cantos, discursos cerimoniais, etc). Durante a oficina e nos meses subsequentes, será conduzido o registro dos falantes de Guató pela equipe do projeto-piloto, de acordo com as prioridades estabelecidas durante a pesquisa dos gêneros orais. Em seguida, essas gravações serão transcritas, traduzidas e receberão análises linguísticas interlineares. Os textos delas derivados servirão de base para a produção de material pedagógico e de leitura em um momento posterior do desenvolvimento do projeto de revitalização.

7.1.3 Umutina

Das três línguas contempladas neste projeto, a língua Umutina é a única que não possui mais falantes. A língua está extinta desde 2004, quando faleceu Jula Pará, considerado seu último falante. Desta forma, a metodologia a ser empregada nesse projeto-piloto diferirá bastante da que foi proposta para os demais. Como não há falantes nativos, a reapropriação do Umutina se dará inicialmente por adultos e como segunda língua, pois eles já têm o português como língua materna. Esses adultos poderão posteriormente ensinar a língua Umutina em contexto escolar, ou mesmo transmiti-la como primeira língua às próximas gerações, de acordo com o sucesso do projeto de revitalização.

Um prerequisite para se aprender uma língua como segunda língua é a existência de materiais didáticos. Dadas, entretanto, as lacunas existentes na documentação do Umutina, será necessário proceder a uma reconstrução da língua, antes que qualquer tipo de material possa

ser produzido. Dessa forma, o foco do projeto-piloto Umutina será reconstruir a língua em cooperação com os seus donos tradicionais. Algumas línguas pelo mundo que foram ou estão sendo revitalizadas desta forma são: Kaurna (Austrália, Amery (2000)); Mutsun, Konkow, Sierra Miwok, Wailaki (entre outras, EUA, Hinton (1996), Hinton (2001)); Barngarla (Austrália, Zuckermann (no prelo)). Nos parágrafos que seguem, detalhamos a metodologia a ser empregada nessa reconstrução.

Considerando que uma língua consiste em dois componentes relativamente independentes – o léxico e a gramática – o trabalho de reconstrução pode ser decomposto também na reconstrução de cada um desses componentes, separadamente.

O primeiro estágio da reconstrução do léxico consiste no levantamento e organização das listas de palavras existentes para a criação de um banco de dados lexical. Os materiais escritos existentes sobre o Umutina são: Schultz (1952), Rodrigues (1962), Telles (1995), Nonato (2005) e Camargos (2013). Após a aplicação inicial de um questionários sócio-linguístico às famílias Umutina, será possível determinar se ainda existem indivíduos na comunidade que se recordem de algumas palavras e construções da língua. Essas palavras serão coletadas e agregadas ao banco de dados lexical.

Esse banco de dados lexical permitirá proceder a uma comparação histórica entre o léxico do Umutina e o do Bororo, única língua viva da mesma família (Nonato, 2007). Também será consultada a tese de doutorado de Camargos (2013), que, a partir de trabalhos etnológicos e linguísticos, realiza a comparação de dados lexicais e gramaticais das línguas Bororo, Umutina e Otuke (esta última é uma língua extinta da família Bororo, sobre a qual existem dados nas etnologias Créqui-Montfort e Rivet (1912) e Créqui-Montfort e Rivet (1913)).

A abstração de regras de correspondência fonológica entre as palavras documentadas da língua Umutina e da língua Bororo nos permitirá preencher as lacunas do léxico Umutina. As regras de correspondência serão aplicadas a palavras da língua Bororo para as quais se desconheçam correspondentes em Umutina de forma a ampliar ainda mais o banco de dados lexical. Existem outros métodos que também podem ser empregados na ampliação do léxico Umutina. Um deles é a criação de novos termos para conceitos e objetos não tradicionais (computador, escola, etc) em parceria com a comunidade, a partir de itens lexicais conhecidos. Outro método é a “umutinização” de certas palavras da língua portuguesa, ou seja, a adaptação de itens lexicais do Português ao sistema fonológico do Umutina. A escolha das palavras e dos métodos a serem aplicados a cada uma cabe à comunidade, sob orientação do linguista coordenador.

Tendo reconstruído o léxico Umutina, produziremos um dicionário Umutina-Português em parceria com os professores da comunidade. O dicionário terá formato digital, já que isto possibilita a inserção de áudio e imagens para cada entrada, e também facilita o seu processo de atualização e ampliação.

A reconstrução da gramática do Umutina seria uma segunda e mais complexa etapa do projeto-piloto. Partiríamos dos dados disponíveis na literatura e na memória dos falantes, e poderíamos completas as lacunas existentes com base na comparação com a gramática da língua Bororo. Outra alternativa seria aceitar empréstimos estruturais do português, já que se trata da primeira língua de todos os Umutina. O grau de aprofundamento dessa etapa do projeto dependerá do interesse dos donos tradicionais da língua.

7.2 Portal de línguas e livro eletrônico

O livro eletrônico “Índio não fala Tupi” será criado de forma colaborativa com os pesquisadores do laboratório de pesquisa Nupeli. A proponente do presente projeto será a organizadora do livro, que terá um capítulo introdutório e ilustrará as principais famílias linguísticas em capítulos específicos. Como descrito anteriormente na seção 4.2.2, O conceito que regerá a elaboração de cada capítulo é construir gradativamente o universo de cada família linguística, partindo de um curto trecho (com áudio) de uma língua particular daquela família.

O conceito será implementado da seguinte forma: (1) uma frase ilustrativa de uma determinada língua será coletada em parceria com a comunidade indígena em questão; (2) a frase será traduzida e analisada de forma interlinear, de forma a indicar a interpretação de cada um dos morfemas que compõem o enunciado; (3) a língua e o povo serão introduzidos, combinando dados etnográficos e relatos de membros da comunidade, de a forma a dar voz para o próprio povo; (4) a língua será contextualizada dentro da família linguística a que pertence a partir da frase exemplificada no início do capítulo – mostrando, por exemplo, se a construção converge ou diverge das demais línguas da família (5) a família linguística será descrita de acordo com análises da Linguística Histórica, com as datas estimadas da dispersão dos povos e dados antropológicos e arqueológicos (quando disponíveis) que corroboram ou questionam as estimativas; (6) a língua em questão será comparada a outras línguas do mundo (não-aparentadas), com a intenção de mostrar que as línguas indígenas não são tão exóticas quanto podem aparentar se comparadas apenas com o Português — o objetivo desta abordagem é introduzir a hipótese da faculdade da linguagem humana, que postula que a variação linguística é limitada devido a restrições biológicas da espécie.

Como descrito na seção 4.2.1, o portal de línguas terá o mesmo nome do livro eletrônico e será desenvolvido com base no código da plataforma do portal australiano Austlang. Ao recebermos o código do AIATSIS, contrataremos um desenvolvedor para a versão brasileira do site, que terá estrutura complexa com diferentes camadas, destinadas a pesquisadores e comunidades. Além de apresentar conteúdo que compartilhará com o livro eletrônico, o portal será uma porta de entrada (com links) para outros sites relacionados às línguas indígenas brasileiras, como o do INDL, ProDocLin, Museu Paraense Emílio Goeldi, Etnolinguística, Instituto Sócio-Ambiental, etc. A proponente do presente projeto, em parceria com os linguistas coordenadores dos projetos-piloto e colaboradores do laboratório Nupeli, assistirão o desenvolvedor na construção do site e na distribuição do conteúdo.

8 Orçamento detalhado

	Item	Unidade	Custo	Quant.	Custo total
Transporte	Passagem aérea Rio-Cuiabá	trecho	900,00	12	10800,00
	Passagem aérea Rio-Cruzeiro do Sul	trecho	1220,00	12	14640,00
	Passagem rodoviária Cuiabá-B. do Bugres	trecho	100,00	6	600,00
	Passagem rodoviária Cuiabá-Cáceres	trecho	120,00	6	720,00
	Frete (transporte contratado)	trecho	1000,00	18	18000,00
Consumíveis	Gasolina	litro	3,80	1800	6840,00
	Diesel	litro	3,30	450	1485,00
	Óleo Lubrificante para motor	litro	15,00	90	1350,00
	Alimentação para oficinas e campo	oficina	2200,00	9	19800,00
	Suprimentos diversos	viagem	300,00	9	2700,00
Terceiros	Consultores indígenas (2 por projeto)	ano	2000,00	6	12000,00
	Barqueiro	trecho	400,00	9	3600,00
	Cozinheiro	viagem	400,00	9	3600,00
Equipamento	Notebook Lenovo S400	n/a	1570,00	9	14130,00
	Gravador de vídeo Canon VIXIA HF R30	kit	1500,00	3	4500,00
	Gravador de áudio Zoom H4n	n/a	1300,00	3	3900,00
	Fones de ouvido Sony	n/a	100,00	3	300,00
	Impressora Multifuncional HP Pro M1132	n/a	700,00	1	700,00
	TOTAL				119665,00

9 Cronograma de atividades

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas pelo presente projeto de pesquisa foram divididas ao longo de três anos de trabalho e decorrerá de acordo com as tabelas a seguir.

9.1 Primeiro ano

Atividades	Meses											
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°
Revisão da literatura, elaboração da metodologia e preparação para pesquisa de campo	■	■										
Pesq. de campo, oficina local, treinamento consultores indígenas			■	■	■							
Sistematização e análise de dados						■	■					
Elaboração material p/ revitalização								■	■			
Relatório parcial										■	■	
Produção livro									■	■	■	
Produção Portal web											■	■

9.2 Segundo ano

Atividades	Meses											
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°
Revisão da metodologia e preparação para pesquisa de campo	■	■										
Pesq. de campo, oficina local, treinamento consultores indígenas			■	■	■							
Sistematização e análise de dados						■	■					
Elaboração material p/ revitalização								■	■			
Relatório parcial										■	■	
Produção livro									■	■	■	
Produção Portal web												■

9.3 Terceiro ano

Atividades	Meses											
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°
Revisão da metodologia e preparação para pesquisa de campo	■	■										
Pesq. de campo, oficina local, treinamento consultores indígenas			■	■	■							
Sistematização e análise de dados						■	■					
Relatório final												■
Curso									■	■		
Produção Portal web	■	■										
Produção livro		■	■	■	■	■	■	■				
Revisão e edição livro							■	■	■	■	■	■

10 Atividades dos bolsistas

Esta proposta de projeto de pesquisa prevê a participação de um bolsista de iniciação científica e 2 bolsistas de apoio técnico. As atividades previstas para cada um deles são:

- Bolsista de iniciação científica — participação na implementação de todas as etapas do projeto-piloto de revitalização da língua Guató: revisão da metodologia e preparação para pesquisa de campo; pesquisa de campo, realização de oficina local, treinamento de consultores indígenas; sistematização e análise de dados; elaboração de material para revitalização; preparação de relatórios.
- Bolsista de apoio técnico, nível superior — apoio na implementação do projeto-piloto Yawanawa. O bolsista será um indivíduo com formação superior na área de educação infantil, com especialização na educação de crianças em idade pré-escolar, preferencialmente com experiência de trabalho em aldeias indígenas.

-
- Bolsista de apoio técnico, nível médio — editoração do livro, contabilidade e prestação de contas.

11 Considerações finais

O presente projeto se coloca como um primeiro passo para o desenvolvimento da área da Revitalização Linguística no Brasil. Não só pretendemos contribuir para o desenvolvimento da Linguística enquanto ciência, mas também desejamos nos comprometer com o esforço pela manutenção e salvaguarda das línguas indígenas brasileiras. Este esforço faz parte tanto da necessidade de garantir os direitos das comunidades indígenas brasileiras, quanto de um projeto internacional de fortalecimento de línguas minoritárias pelo mundo.

Desta forma, faz parte do objetivo desta proposta de pesquisa alcançar o público geral, buscando criar uma maior conscientização da diversidade linguística brasileira. Também é objetivo desta proposta colaborar com a iniciativa governamental do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e fomentar o esforço pela criação de políticas linguísticas a nível nacional. A parceria com associações indígenas e grupos de pesquisa acadêmica, assim como com instituições nacionais e estrangeiras estabelece uma rede de cooperação e garante uma perspectiva plural para o presente projeto.

Este primeiro passo em direção à revitalização e salvaguarda de línguas indígenas e à criação de políticas linguísticas nacionais apoiará a consolidação dos programas de educação bilíngue pelo país e a parceria com o AIATSIS abre portas para projetos futuros na área de mídia, jogos, aplicativos e tecnologias, que já vêm sendo desenvolvida por pesquisadores australianos.

Referências

- Amery, Rob (2000). *Warrabarna Kurna: Reclaiming an Australian Language*. Swets & Zeitlinger, Lisse, The Netherlands.
- Brasil (1988). “Constituição”. Em: *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado.
- Brasil, Presidência da República (2003). “Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ”História e Cultura Afro-Brasileira””. Em: *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: 9 jan. 2003. URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.
- (2010). “Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística”. Em: *Diário Oficial da União*. Brasília, DF: 10 dez. 2010. URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm.
- Bruna Franchetto, José Carlos Levinho e Sebastian Drude (2008). “Projeto de Cooperação Técnica Internacional para a Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras”. Em: *Museu do Índio-FUNAI/UNESCO*. URL: <http://prodoc.museudoindio.gov.br>.
- Camargos, Lidiane Szerwinsk (2013). “Consolidando uma proposta de Família Linguística Boróro. Contribuição aos estudos histórico-comparativos do Tronco Macro-Jê”. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.
- Carid Naveira, Miguel (1999). “Yawanawá: da guerra à festa”. Diss. de mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Créqui-Montfort, G. e P. Rivet (1912). “Linguistique bolivienne. Le groupe Otukè”. Em: *Journal de la Société des Américanistes* 9.2, 317– 337.
- (1913). “Linguistique bolivienne. Les affinités des dialectes Otukè”. Em: *Journal de la Société des Américanistes* 10.2, pp. 369–377.
- Fishman, Joshua A. (1991). *Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages*. Multilingual Matters.
- Franchetto, Bruna e Keren Rice (2014). “Language Documentation in the Americas”.
- Hinton, Leanne (1996). “Breath of life – silent no more: The Native California Language Restoration Workshop”. Em: *News from Native California* 10.1, pp. 13–16.
- (2001). “Language Revitalization: An Overview”. Em: *The Green Book of Language Revitalization in Practice*. Ed. por Leanne Hinton e Ken Hale. Academic Press.
- Hinton, Leanne e Ken Hale (2001). *The Green Book of Language Revitalization in Practice*. Academic Press.
- ISA, Instituto Sócio-Ambiental. “Guató [homepage na internet]”. Em: *Brasil*. [atualizado em nov 2008; acesso em jun 2014. URL: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guato/1972>.
- “Umutina [homepage na internet]”. Em: *Brasil*. [atualizado em abr 2009; acesso em jun 2014. URL: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/umutina/2020>.
- Monoyer, E. (1905). “Les indiens Guatos du Matto-Grosso”. Em: *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, pp. 155 –158.
- Monserrat, R.M.F. (1994). “Línguas indígenas no Brasil Contemporâneo”. Em: *Índios no Brasil*. Ed. por L.D. Grupioni. Brasília, MEC, pp. 93–104.

-
- Monzilar Filho, Hélio. “Projeto de Formação Continuada para Resgate da Língua Indígena Umutina na Escola Jula Paré”. Em: *V Fórum de Educação e Diversidade da UNEMAT*. URL: <https://sites.google.com/site/5forumdeeducacao/Livro-digital/projeto-de-formacao-continuada-para-resgate-da-lingua-indigena-umutina-na-escola-jula-para>.
- Moore, Dennis e Ana Vilacy Galucio (2013). “Perspectives for the documentation of indigenous languages in Brazil”. Museu Paraense Emílio Goeldi - Ministry of Science, Technology, and Innovation.
- Nonato, Rafael (2005). “Comparação das línguas umutina e bororo”. Talk given at *Workshop sobre lingüística histórica e línguas em contato*. UnB, Brazil.
- (2007). “Ainore Boe egore: Um estudo descritivo da língua bororo e conseqüências para a teoria de caso e concordância”. Diss. de mestrado. Unicamp, SP, Brazil. URL: <http://ling.auf.net/lingbuzz/001909>.
- Palácio, Adair Pimentel (1984). “Guató: a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai”. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Paula, Aldir Santos de (2004). “A Língua dos Índios Yawanawa do Acre”. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Pérez Gil, Laura (1999). “Pelos caminhos de Yuve: conhecimento, cura e poder no xamanismo yawanawá”. Diss. de mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rodrigues, Aryon D. (1962). “Comparação das línguas Umutina e Bororo”. Em: *Revista do Museu Paulista* Informações etnográficas sobre os Umutina.13. Ed. por Harald Schultz, pp. 100–105.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Schmidt, Max (1902). “Die Guató”. Em: *Verhandlungen der Berliner Anthropologischen Gesellschaft*, pp. 77–89.
- (1942). “Peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901; seus 208 resultados etnológicos”. Em: *Estudos de etnologia brasileira*. 5^a Coleção Brasileira.5. Tradução de Catharina Baratz Canabrava.
- Schultz, Harald (1952). “Vocabulário dos índios Umutina”. Em: *Journal de la Société des Américanistes* 41.1, pp. 81–137.
- Seifart, Frank et al. (2008). “Language Documentation and Archives in South America”. Em: *Language Documentation and Conservation* 2 (1), pp. 130–140.
- Souza, Livia Camargo (2013a). “Fonologia, Morfologia e Sintaxe das Expressões Nominais em Yawanawá (Pano)”. Diss. de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Stenzel, Kristine (2014). “Línguas Amazônicas: onde estamos e onde vamos?” Em: *Apresentação realizada na Conferência Amazonicas V*. Belém, 26—30 de maio.
- Telles, Stella (1995). “A língua Umutina: “um sopro de vida””. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.
- UNESCO (1996). *Universal Declaration on Linguistic Rights*. World Conference on Linguistic Rights. Barcelona, Spain.
- UNESCO, Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages (2003). “Language Vitality and Endangerment”. Em: URL: <http://portal.unesco.org/culture/es/files/35646/>

[12007687933Language_Vitality_and_Endangerment.pdf/Language\%2BVitality\%2Band\%2BEndangerment.pdf](#).

Waddington, May Telles (2005). “Uma tribo vai ao mercado - Os Yawanawá: sujeitos ou objetos do processo?” Tese de doutorado. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Zuckermann, Ghil’ad (no prelo). “Revival Linguistics: Language Reclamation and Cross Fertilization”.